

O documento como contexto: repensando a materialidade de um conteúdo e seus impactos na organização do conhecimento

José Augusto Chaves Guimarães

Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo

Professor Titular do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Marília, São Paulo, Brasil.

E-mail: chaves.guimaraes@unesp.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6380929054652063>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0310-2331>

Data de submissão: 03/10/2022. Data de aprovação: 27/02/2023. Data de publicação: 22/09/2023

RESUMO

A organização, a recuperação, a preservação e a disponibilização da memória da sociedade, em suas mais diversas facetas, sempre permearam os saberes e os fazeres da humanidade, que buscou construir, ao longo do tempo, artefatos que pudessem ir além das limitações da memória humana, de modo a abrigar um cada vez maior volume de dados, informações e conhecimentos. Contudo, é, notadamente, a partir do século XIX, com a explosão informacional, que a preocupação com a organização do conhecimento registrado em documentos e institucionalmente preservados se intensifica. A vista disso, discute-se o caráter inicial - ou testemunhal - do documento, não apenas relativamente a seu conteúdo, mas, e, principalmente, como fruto de um contexto de produção, aspecto que impactará sua organização. Nesse sentido, analisam-se as novas configurações do conteúdo documental – cerne da organização do conhecimento – que vai além do assunto para agregar elementos relativos à sua proveniência, organicidade, autoria, bem como sua contextualização espaço-temporal.

Palavras-chave: documento; organização do conhecimento.

INTRODUÇÃO

Um aspecto que sempre permeou os saberes e os fazeres da humanidade reside na organização, na recuperação, na preservação e na disponibilização da memória da sociedade em suas mais diversas facetas. Para tanto, essa sociedade buscou construir, ao longo do tempo, artefatos que pudessem ir além das limitações da memória humana, de modo a abrigar um cada vez maior volume de dados, de informações e de conhecimentos.

Assim, na Antiguidade, as inscrições rupestres nas cavernas e as placas de argila descritivas de papiros e pergaminhos em palácios mesopotâmicos, bem como o sistema de classificação de Calímaco, em Alexandria, foram importantes marcos dessa trajetória de registro e representação, que, na Idade Média, evidenciou-se nas glosas e nas marcações marginais dos monges copistas, por exemplo. Tal aspecto, por sua vez, foi amplamente potenciado com a invenção dos tipos móveis, por Gutenberg, o que possibilitou a multiplicação dos registros do conhecimento e, por conseguinte, sua mais ampla divulgação.

Com o humanismo dos séculos XVII e XVIII, essa preocupação se acentua e se sofisticada por meio da Encyclopédie de Diderot e D'Alembert, da Classificação dos Seres Vivos de Lineu, dos primeiros periódicos e das concordâncias bíblicas de Alexander Cruden.

Mas é notadamente no século XIX, com a explosão informacional, que a preocupação com a organização do conhecimento registrado em documentos e institucionalmente preservados se intensifica, seja com o Répertoire Bibliographique Universel de Paul Otlet, seja com a Classificação Decimal de Dewey, entre outras iniciativas.

Com Otlet, especificamente, tem-se uma preocupação mais efetiva com o uso das tecnologias de comunicação então disponíveis a serviço da organização do conhecimento, aspecto que se efetivou mais notadamente após a Segunda Guerra Mundial quando Vannevar Bush, ao criar o Memex, procurou dotar a humanidade e “memórias auxiliares” que pudessem servir de extensões mais amplas, abrangentes e potentes da memória humana - o computador – que, no final do século XX, passou a estar a serviço de uma grande rede de interconexão dos cidadãos, propiciando não apenas grande capacidade de armazenamento, mas, principalmente, mais ampla e rápida possibilidade de comunicação, de transmissão e de interconexão.

E, com isso, deparamo-nos, mais notadamente no presente século, com o fenômeno – e desafio – dos dados, estruturados ou não, gerados em grande volume, em rápido e contínuo crescimento que caracterizam o *Big data*. Se tal desafio foi, desde logo, objeto de preocupação das ciências biológicas e das ciências exatas, hoje é uma realidade das ciências humanas e das sociais, com as denominadas *Humanidades digitais*, trazendo novas perspectivas de acesso, armazenamento, organização e disseminação da informação em instituições voltadas à preservação da memória da sociedade, como arquivos, bibliotecas e museus.

Todo esse intrincado contexto traz consigo a necessidade de se refletir mais detidamente sobre o documento e sobre os desafios e perspectivas que se colocam para fins da organização do conhecimento neles registrado.

À vista disso, o presente trabalho, partindo da noção de informação como coisa (Buckland, 1991), discute o caráter indicial – ou testemunhal – do documento, não apenas relativamente a seu conteúdo, mas, principalmente, como fruto de um contexto de produção, aspecto que impactará sua organização. Nesse sentido, analisam-se as novas configurações do conteúdo documental – cerne da organização do conhecimento – que vai além do assunto para agregar elementos relativos à sua proveniência, organicidade, autoria, bem como sua contextualização espaço-temporal.

O DOCUMENTO COMO FOCO

O conceito de documento constitui elemento central na Ciência da Informação, pois é tão somente a partir dele que se pode pensar nos processos que incidem sobre a informação e que integram o objeto de estudo da referida ciência. Para tanto, resgatam-se as palavras seminais de Borko (1968, p. 3, tradução nossa)¹, para quem a:

Ciência da Informação é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os meios de processamento da informação, visando à acessibilidade e à usabilidade ótimas.

Devemos nos recordar que é tão somente a partir do documento, entendido em uma concepção ampla, que se pode efetivamente perceber essa informação e tudo o que a ela pode ser aplicado.

Para tanto, considerando inclusive o contexto atual do universo informacional, é necessário ter em conta que a organização, a recuperação, a preservação e a disponibilização da memória da sociedade encontram exequibilidade a partir do conceito de documento que, por sua vez, pressupõe materialidade, socialização, intencionalidade e conteúdo cognoscível.

¹ Original: “Information science is that discipline that investigates the properties and behavior of information, the forces governing the flow of information, and all the means of processing information for optimum accessibility and usability” (Borko, 1968, p. 3)

Foi mais especificamente a partir da obra seminal *Qu'est-ce que la documentation*, de autoria de Suzanne Briet (1951), em uma verticalização do *Traité de documentation*, de Paul Otlet (1934), que o documento pôde ser objeto de análise em si mesmo, como que em uma experiência *in vitro*. Para a referida autora, o documento constitui, por um lado, um elemento de prova que dá suporte a um fato e, por outro, uma representação concreta de um fenômeno físico, intelectual ou simbólico, que é conservado no espaço e no tempo, como subsídio à memória da humanidade.

Briet (1951, p. 7, tradução nossa)² vê no documento uma “[...] base de conhecimento fixada materialmente e suscetível de ser utilizada [...]”, aspecto que se completa com a visão de Buckland (2017) para quem o termo documento corresponde a conhecimento registrado cujo conteúdo deve ser compreendido a partir do contexto social de seu produtor cotejado com o contexto social do usuário.

Em virtude de sua tangibilidade, o documento, para Buckland (1991), constitui uma informação coisificada, que fornece o ponto de partida para que se desenvolva a denominada informação como processo que resultará em uma informação como conhecimento. A materialidade do documento, embora essencial, não lhe é suficiente para gerar informação e, posteriormente, conhecimento, pois essa materialidade necessita estar clara e intencionalmente inserida em um contexto social, o que pressupõe sua disponibilização e seu uso coletivo.

Como destacam Smit e Barreto (2002), essa socialização necessita de um processo de institucionalização do documento, para que a informação nele contida possa ter portabilidade no espaço e a permanência no tempo. Tem-se, pois, um processo de gestão institucional dos saberes (Fernandes, 1995) a cargo de instituições coletoras de cultura (Homulos, 1990).

Pelo fato de poder ser posteriormente institucionalizado para uso social, o documento, em especial na Ciência da Informação, pressupõe intencionalidade, o que se manifesta desde o momento de se registrar um conhecimento com o claro intuito de transmiti-lo.

A respeito da intencionalidade, Briet (1951) coteja o fenômeno de uma estrela visível no céu e a sua documentação por meio de uma fotografia no acervo de um arquivo ou de uma biblioteca; ou ainda a distinção entre uma pedra em um rio e a sua função como documento quando abrigada em um museu de Geologia, por exemplo. Nas referidas situações, tem-se a clara intenção de se registrar algo e preservá-lo para a posteridade, bem como torná-lo disponível à sociedade como subsídio à construção de um conhecimento.

E é exatamente na dimensão do conhecimento que Barité (2001) destaca a necessidade de o documento possuir um conteúdo cognoscível, sem o que não se efetiva a ação comunicativa que ele pressupõe ao ser socializado.

O conteúdo constitui, para fins de construção de um conhecimento, a essência de um documento, pois é a partir dele que se identifica, representa e transmite uma informação, fruto de um conhecimento anterior que foi ali registrado. Esse conteúdo, por sua vez, manifesta-se em distintas perspectivas – ou camadas – seja a perspectiva do autor (o que ele buscou transmitir no documento), do usuário (o que ele busca recuperar no documento), seja do sistema, aqui incluindo-se a atuação dos profissionais da informação (o que foi captado e representado para fins de disseminação). Desse modo, o conteúdo documental em si mesmo pode ser abordado em três perspectivas, como destaca Gil Leiva (2008) e Sousa e Fujita (2014). Na perspectiva do autor, tem-se o que é abordado no documento (Lancaster, 1991; Soergel, 1985), na perspectiva do usuário, o reconhecimento do conteúdo do documento leva em consideração as possíveis necessidades de informação da comunidade usuária (Albrechtsen, 1993; Fidel, 1994); e, na perspectiva do sistema ou do domínio, leva-se em conta não apenas as duas anteriores, como também o contexto do documento e da instituição que o abriga (Mai, 2005).

² Original: “[...] toute base de connaissance fixée matériellement et susceptible d’être utilisée pour consultation, étude ou preuve [...]” (Briet, 1951, p. 7).

É importante destacar, especialmente na perspectiva voltada para o domínio, que o conteúdo de um documento vai muito além do assunto em si, como durante muito tempo se pensou, para incorporar todo um contexto de autoria (e das comunidades epistêmicas que a ela subjazem) e o *aboutness* (acerca de que trata o documento em diferentes níveis de especificidade) e os *meanings* (a que visa e a que se presta esse documento) (Beghtol, 1986). A Arquivística traz importante contribuição para essa reflexão ao abordar, na diplomática arquivística (ou diplomática contemporânea), a estrutura documental como algo caracterizador de um dado conteúdo e evidenciador de uma função a ser cumprida. Tem-se, pois, o conteúdo documental como evidenciador de um contexto de produção. A esse respeito, destaca Tognoli (2013) que:

a Diplomática do documento contemporâneo não se limita mais ao estabelecimento das características de autenticidade e/ou falsidade documental, encontrando uma nova finalidade no campo dos estudos arquivísticos, ao propor a observação do contexto de criação dos documentos, a partir de uma análise da parte para o todo. (Tognoli, 2013, p. 113)

Indo além, Tognoli, Schmidt e Guimarães (2022) destacam a centralidade do contexto no que tange à documentação arquivística e seus impactos na organização do conhecimento nessa área. No entanto, o contexto de produção não é exclusividade da Arquivística, uma vez que, na Biblioteconomia, ele igualmente tem importância, visto que autor e editor, enquanto responsáveis pela produção de um documento para fins de pesquisa, são elementos contextuais importantes para a confiabilidade ou não do conteúdo expresso no documento.

Essa dimensão de domínio, por sua vez, pressupõe que se considerem aspectos relativos à proveniência do documento (de onde provém?), à organicidade (como se articula com seus congêneres?), ao objetivo (com que intuito/ finalidade?) e à confiabilidade da informação nele contida (especialmente em tempos de *fake news* quando se tem uma informação não confiável, mas com características e atributos que lhe imputam um aparente caráter de confiabilidade).

Ademais, como destacado por Guimarães (2017), o documento, enquanto tal, atua como representante – ou resultado – de uma configuração espaço-temporal – sem o que perde muito de seu sentido.

Considerando, pois, essa complexidade que cada vez mais circunda o conceito de documento, cabe agora averiguar que tipos de impactos ele traz para a organização do conhecimento.

IMPACTOS NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Enquanto disciplina nominada como tal, a Organização do Conhecimento (OC), de acordo com Dahlberg (1993), remonta à obra *A organização do conhecimento e o sistema das ciências*, de Evelyn Bliss (1929), ainda que a preocupação em organizar o conhecimento produzido pelo homem acompanhe a história da humanidade desde a Antiguidade, passando pelas categorias aristotélicas, pelo Trivium e o Quadrivium caracterizadores do ensino das artes liberais na Idade Média, pela *Encyclopédie* de Diderot e D’Alembert durante o Iluminismo, pela Classificação dos seres vivos de Lineu, e, notadamente, a partir do século XIX, com os sistemas de organização do conhecimento para fins documentais, com os trabalhos de Dewey, Otlet, La Fontaine e Ranganathan, entre outros (San Segundo, 1996). Essa trajetória, por sua vez, reflete uma cronologia definida por Pombo (1998), como organização dos saberes, dos seres e dos documentos.

No decorrer das três últimas décadas, e, em especial, a partir da criação da International Society for Knowledge Organization (ISKO), em 1989, que conferiu a essa área de conhecimento um *status* eminentemente científico, a organização do conhecimento vem se situando “[...] na encruzilhada de ciências como a psicologia, a epistemologia, a ciência da informação, a ciência da comunicação, a linguística, a matemática, a lógica e a ciência da computação [...]” (Garcia Marco, 1997, p. 211). Nesse contexto, a área se depara com os desafios de um mundo em que a produção e conhecimento cresce de forma exponencial sem que o acesso a ela ocorra na mesma medida (Jaenecke, 1994).

Tendo como pressuposto que o conhecimento se constrói a partir da análise e articulação de informações em um dado contexto, informações essas que foram previamente registradas e socializadas (documentadas), coletadas, preservadas, organizadas e disponibilizadas, a OC atua como elemento de mediação em um *continuum* de processos que vão desde a produção até o uso e apropriação de um conhecimento previamente produzido para fins de geração de um novo conhecimento, aspecto que se realiza em uma dinâmica helicoidal (e não cíclica) (Guimarães, 2008). Desse modo, a OC busca extrair e organizar conteúdos documentais que refletem um conhecimento que é orgânico, manifestado por uma forma específica, articulando estrutura, conteúdo e com natureza eminentemente contextual.

Esse conhecimento socializado, por sua vez, só faz sentido se entendido como parte de um conjunto e em intrínseca relação com seus congêneres. Sua materialização (registro) vai além de uma mera forma para refletir uma lógica de estruturação de conteúdos que possa servir a fins específicos. A credibilidade e o valor testemunhal de seu conteúdo dependem de aspectos formais, e cada forma serve especificamente à materialização de determinados conteúdos. Sua gênese é sempre contextual e só faz sentido dentro do contexto. Assim, a OC atua para que o conhecimento possa ser acessado, estabelecendo, como já mencionado, uma ponte entre a produção e o uso/apropriação desse conhecimento, o que se realiza por meio de sistemas de conceitos que são criados para fins científicos, funcionais ou de documentação (pesquisa) e apresenta uma natureza artificial, provisória e determinista (Barité, 2001).

Partindo dessa concepção social, materializada e cíclica de conhecimento, que se efetiva no documento, observa-se que o foco investigativo recai sobre a busca pela compreensão, organização e representação desse conhecimento, de tal forma que possa torná-lo disponível e acessível a um número maior de pessoas.

Tem-se, no caso, aquilo que Dahlberg (1993, p. 214) denomina como “[...] conhecimento em ação [...]”, ou seja, algo acerca do qual existe um certo consenso social, um conhecimento registrado e socializado, cuja organização e representação será desenvolvida de modo que, a partir dele, possa ser gerado novo conhecimento.

Em suma, pode-se dizer que a OC tem por objetivo preservar e promover o acesso ao conhecimento, valendo-se de instrumentos, que são os sistemas de organização de conhecimento (normas de descrição, esquemas de classificação, taxonomias, tesouros, ontologias, tipologias documentais, vocabulários controlados etc), para a realização de processos, a partir de procedimentos sistematizados (identificação, análise diplomática, classificação, descrição, indexação etc) os quais, por sua vez, geram produtos, ou seja, representações que podem ser consideradas como “substitutos do conhecimento” (*surrogates of knowledge*), tais como quadros de classificação, tabelas de temporalidade, índices, notações, descritores, catálogos, inventários, entre outros. (Olson, 2002).

Nesse contexto, especial menção merece a perspectiva cultural da OC que, norteadas por uma tônica sociocognitiva, vem ganhando destaque, notadamente no contexto da ISKO, em temas como: Comunidades discursivas, Garantia/Hospitalidade cultural; Poder de nomear; Multiculturalismo e Multilinguismo, Ética transcultural de mediação, Preconceitos, Domínios inter e transdisciplinares, Interoperabilidade cultural, Valores éticos em OC etc. (Beghtol, 2002; Berman, 1993; Dahlberg, 1992; García Gutiérrez, 2002; Guimarães, 2006; Hudon, 1997; Olson, 2002; Pinho, 2006). Essa perspectiva, por sua vez, nos alerta para os vieses culturais.

Esses vieses, quando negativos (*biases*) pautam-se em atitudes, crenças ou sentimentos que resultam em um tratamento injusto (segregação) de algo ou alguém por conta de suas características ou de sua identidade e compreendem, entre outros aspectos, o preconceito (atitude, crença ou sentimento construído sem conhecimento, reflexão ou raciocínio prévio, baseado em ideias anteriores e não fundamentadas) e o proselitismo (preocupação em converter pessoas – muitas vezes de forma sub reptícia – para um ponto de vista diferente do que ela originalmente possui) (Milani, 2015).

Os vieses na OC são inerentes aos seus procedimentos, instrumentos e produtos, pois esses estão sempre comprometidos com uma determinada visão de mundo e com a assunção de um conjunto de valores e de crenças. Dessa forma, estão presentes no autor, no indexador / classificador, no idealizador do SOC, no ambiente e no usuário. Ademais, evidenciam-se no espaço e no tempo, porque atitudes hoje inaceitáveis podem já ter sido consideradas como valores morais em outras épocas, assim como virtudes em um dado contexto social podem ser vistas como pecados em outro contexto.

Dotados de natureza eminentemente espaço-temporal, os vieses da OC, como destaca Guimarães (2017) articulam-se nas dimensões conceitual e terminológica.

Na dimensão conceitual, os vieses, mais especialmente na representação do conhecimento, manifestam-se quando um dado conceito se ressignifica ao longo do tempo e/ou no espaço enquanto o termo que o representa permanece o mesmo. A título de exemplo, pode-se citar o termo casamento que, ao longo do tempo, abrange diferentes concepções, desde a união exclusivamente entre um homem e uma mulher até, em nossos dias, a união entre homem e mulher, entre mulher e mulher e entre homem e homem. Tem-se, ainda, na dimensão espacial, o conceito de poligamia que, na maioria das sociedades, é visto como um comportamento moralmente inaceitável ao passo que em outras é uma prática social.

Na dimensão terminológica, por sua vez, tem-se um conceito que se mantém inalterado enquanto sua representação terminológica se altera no tempo e/ou no espaço ao longo do tempo. Por exemplo, tem-se, no tempo, a trajetória percorrida pelos termos: idiotas; deficientes mentais; pessoas com deficiências mentais; e pessoas portadoras de necessidades especiais, que foi se alterando para se referir ao mesmo grupo de pessoas, na maioria das vezes, por conta de uma preocupação com o politicamente correto e para propiciar uma abordagem mais inclusiva e respeitosa. No âmbito do espaço, observa-se, por exemplo, que os termos aipim, no sul do Brasil e no Rio de Janeiro, mandioca, em São Paulo, e macaxeira, no Nordeste do Brasil, são designativos de um mesmo tubérculo comestível.

Relativamente à preocupação com o mencionado politicamente correto, há de se ter um certo cuidado para que não se gerem termos metafóricos, artificiais ou mesmo incongruentes, como nos exemplos fornecidos por Guimarães (2017): *Esthetically challenged* (para pessoas feias); *African-American* (para cidadãos negros, pois a África não abriga, originalmente, apenas essa etnia); *Person of size* (para pessoas obesas), e, no extremo, *Hymenally challenged* (para mulheres estupidadas).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O documento, em uma crescente complexidade, por conta de suas diferentes perspectivas de produção, de apresentação e de disseminação, mais especialmente em tempos de forte presença tecnológica, traz consigo preocupações que devem ser levadas em consideração pela OC na atualidade, notadamente em tempos em que forma e conteúdo não podem mais ser tratados como dimensões estanques e isoladas.

Desse modo, esforços devem ser direcionados para que se evite a recuperação de “lixo informacional” (e aqui a questão da precisão na representação deve ser objeto de séria reflexão), para que se desenvolvam ferramentas cada vez mais amigáveis – e interoperáveis – para garantir rapidez na recuperação, mas com garantia de confiabilidade e de autenticidade dos registros em ambiente digital (especialmente em tempos de *big data* e permeados por *disinformation misinformation e malinformation*); e, mais especialmente, para que se evitem vieses na representação, tais como proselitismos, dominações culturais, preconceitos, censura muitas vezes inerentes ao poder de nomear (Guimarães, 2006; Olson 2002) de modo que se possa promover uma ética transcultural de mediação (García Gutiérrez, 2002) com garantia cultural (Beghtol, 2002). Em outras palavras, necessário se torna refletir sobre o complexo e difícil poder que a sociedade outorga aos responsáveis pela organização e representação do conhecimento para que aí atuem em seu nome, poder esse que deve refletir-se em representações que propiciem a inclusão e o diálogo entre diferentes comunidades usuárias, a partir de representações que reflitam – ou ao menos que não ocultem ou se oponham a – valores intrínsecos das diferentes comunidades.

Observa-se, pois, que o conceito de documento se expande em suas modalidades, e forma e conteúdo deixam de ser instâncias distintas para integrarem-se em um espectro mais amplo e coeso e, como consequência, passa a incluir, em distintas unidades de informação, elementos de proveniência, organicidade, autoria, fiabilidade e contextualização espaço-temporal.

ALEA JACTA EST!

REFERÊNCIAS

- ALBRECHTSEN, H. Subject analysis and indexing: from automated indexing to dominion analysis. *The Indexer: the international journal of indexing*, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 219-224, Oct. 1993.
- BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, K. (org.). *Educación, Universidade e Pesquisa*. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 35-60.
- BEGHTOL, Claire. Bibliographic classification theory and text linguistics: aboutness analysis, intertextuality and the cognitive act of classifying documents. *Journal of Documentation*, Bingley, v. 42, n. 2, p. 84-113, June 1986.
- BEGHTOL, C. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. *Journal of Documentation*, Bingley, v. 58, n. 5, p. 507-532, Oct. 2002.
- BERMAN, S. *Prejudices and antipathies: a tract on the LC subject heads concerning people*. 2. ed. Jefferson (NC); London: McFarland, 1993.
- BLISS, H. E. *The organization of knowledge and the system of the sciences*. New York: Henry Holt and Company, 1929.
- BORKO, H. Information Science: What is it? *American Documentation*, v. 19, n. 1, p. 3-5, Jan. 1968.
- BRIET, S. *Qu'est-ce que la documentation?* Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951.
- BUCKLAND. M. K. Document theory. In: Encyclopedia of knowledge organization. [S. l.]: ISKO, 2017. Disponível em: <https://www.isko.org/cyclo/document>. Acesso em: 5 set. 2022.
- BUCKLAND. M. K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, [s. l.], v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991.
- DAHLBERG, I. Ethics and knowledge organization: in memory of Dr. S. R. Ranganathan in his centenary year. *International Classification*, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 1-2, 1992
- DAHLBERG, I. Knowledge organization: its scopes and possibilities. *Knowledge organization*, [s. l.] v. 20, n. 4, p. 211-222, 1993.
- FERNANDES, G. C. O objeto de estudo da Ciência da Informação. *Informare*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 25-30, 1995.
- FIDEL, R. User-oriented indexing. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 45, p. 572-576, 1994.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Knowledge organization from a “culture of the border” towards a transcultural ethics of mediation. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. M. (ed.). *Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century*. Würzburg: ERGON, 2002. p. 516-522.

- GARCIA MARCO, F. J. Avances en Organización del Conocimiento en España: los II Encuentros sobre Organización del Conocimiento en sistemas de información y documentación. In: GARCIA MARCO, F. J. (coord.). *Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación 2*. Actas del II Encuentro de ISKO-España, 1995, Getafe. Zaragoza: Librería General, 1997.
- GIL LEIVA, I. *Manual de indización: teoría y práctica*. Gijón: Trea, 2008.
- GUIMARÃES, J. A. C. Slanted knowledge organization as a new ethical perspective. In: ANDERSEN, J.; SKOUVIG, L. (org.). *The organization of knowledge: caught between global structures and local meaning*. Bingley: Emerald, 2017, p. 87-102.
- GUIMARÃES, J. A. C. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento: uma reflexão preliminar. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; ORRICO, E. G. D. (org.). *Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento*. Natal: EdUFRN, 2006. p. 237-264.
- GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 77-99, 2008.
- HOMULOS, P. Museums to libraries: a family of collectinmg institutions. *Art Libraries Journal*, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 11-13, 1990.
- HUDON, M. Multilingual thesaurus construction: integrating the views of different cultures in one gateway to knowledge and concepts. *Knowledge Organization*, [s. l.], v. 24, n. 2, p. 84-91, 1997.
- JAENECKE, P. To what end knowledge organization? *Knowledge Organization*, [s. l.], v. 21, n. 1, p. 3-11, 1994.
- LANCASTER, F. W. *Indexing and abstracting in theory and practice*. Londres: The Library Association, 1991.
- MAI, Jens-Erik. Analysis in indexing: document and domain centered approaches. *Information Processing and Management*, [s. l.], v. 41, n. 3, p. 599-611, May 2005.
- MILANI, S. O. Biases na representação de assunto: uma perspectiva a partir da literatura internacional de Biblioteconomia e Ciência da Informação. *Brazilian journal of information science*, [s. l.], v. 9, p. 1, 2015.
- OLSON, H. *The power to name: locating the limits os subject representation in libraries*. Dordrecht: Kluwer, 2002.
- OTLET, P. *Traité de documentation: le livre sur le livre*. Bruxelles: Mundaneum, 1934.
- PINHO, F. A. *Aspectos éticos em representação do conhecimento: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol*. Marília: UNESP, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93693/pinho_fa_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 5 set. 2022.
- POMBO, O. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, n. 2, p. 19-33, 1998.
- SAN SEGUNDO, R. Sistemas de organización del conocimiento: la organización del conocimiento en las bibliotecas españolas. Madrid: *Boletín Oficial del Estado*: Universidad Carlos III de Madrid, 1996.
- SMIT, J. W.; BARRETO, A. A. Ciência da informação: base conceitual para a formação do profissional. In: VALENTIM, M. L. (org.). *Formação do profissional da informação*. São Paulo: Polis, 2002. p. 9-23.
- SOERGEL, D. *Organizing information: principles of data base and retrieval systems*. New York: Academic Press, 1985.
- SOUSA, B. P. de; FUJITA, M. S. L. Análise de assunto no processo de indexação: um percurso entre teoria e norma. *Informação & Sociedade: Estudos*, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 19-34, jan./abr. 2014.
- TOGNOLI, N. B. *A construção teórica da Diplomática: em busca de uma sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos*. Marília, UNESP, 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103383/tognoli_nb_dr_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 5 set. 2022.
- TOGNOLI, N. B.; SCHMIDT, C.; GUIMARÃES, J. A. C. Context as a core concept in archival knowledge organization. In: LYKKE, M.; SVARRE, T.; HAYNES, D.; SKOV, M.; THELLEFSEN, M.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. (ed.). *Knowledge organization across disciplines, domains, services, and technologies*. Baden-Baden: Ergon, 2022. p. 273-284.